REQUERIMENTO

(Dos Srs. membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos José Humberto, Inocêncio Oliveira, Dr. Paulo César, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, José Linhares, Leopoldo Meyer, Margarida Salomão, Mauro Benevides e Ronaldo Benedet)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sugerindo uma abordagem para a elaboração da regulamentação à Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, que “institui o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e o Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e dá outras providências”.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. que seja encaminhada ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Indicação anexa, sugerindo uma abordagem para a elaboração da regulamentação à Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, que “institui o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e o Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e dá outras providências”.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado **JOSÉ HUMBERTO**
Relator do Estudo “Capital Empreendedor”

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos

Deputado **DR. PAULO CÉSAR**

Deputado **FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR**

Deputado **JAIME MARTINS**

Deputado **JOSÉ LINHARES**

Deputado **LEOPOLDO MEYER**

Deputada **MARGARIDA SALOMÃO**

Deputado **MAURO BENEVIDES**

Deputado **RONALDO BENEDET**

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2014

(Dos Srs. membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos José Humberto, Inocêncio Oliveira, Dr. Paulo César, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, José Linhares, Leopoldo Meyer, Margarida Salomão, Mauro Benevides e Ronaldo Benedet)

Sugere uma abordagem para a elaboração da regulamentação à Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, que “institui o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e o Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e dá outras providências”.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação:

A presente proposta tem por objetivo sugerir uma possível abordagem para a elaboração da regulamentação à Lei nº 11.478, de 2007, a qual é de competência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, conforme estabelece o art. 1º, § 1º-A, do referido diploma legal.

A previsão dessa regulamentação foi estabelecida em 24 de junho de 2011, há mais de três anos, o que reflete a complexidade da matéria. Não obstante, a ausência dessa norma impede que dispositivos legais relevantes passem a ter eficácia em nosso ordenamento, os quais contribuiriam de forma importante para a modernização de nossa economia.

Mais especificamente, trata-se de dispositivos que concedem incentivos fiscais à realização de investimentos de risco no Brasil em atividades produtivas que sejam intensivas em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

É importante ressaltar que, em decorrência da importância dos investimentos de risco para a economia, os países têm atuado fortemente para expandir essa modalidade de investimentos – também denominados *investimentos empreendedores*.

Os incentivos concedidos a esses investimentos em participações empresariais decorrem de sua característica de buscar a viabilização de empresas de alto potencial de crescimento mediante o efetivo envolvimento de um gestor profissional no negócio. Com efeito, esse gestor participa diretamente da gestão das empresas investidas, contribuindo de forma importante para o desenvolvimento de projetos, a disseminação de práticas modernas de gestão empresarial, a profissionalização das empresas investidas, a consecução de ganhos de produtividade e para a expansão da inovação.

É em decorrência dessas características que a concessão de incentivos para a realização dessa modalidade de investimentos é de grande relevância para as empresas inovadoras que, de outra forma, poderiam não ter acesso a financiamentos significativos oriundos do setor privado.

No caso do Brasil, um dos mais importantes mecanismos de estímulo a esses investimentos depende especificamente da regulamentação à qual ora nos referimos.

Por outro lado, uma expressiva dificuldade para a construção dessa norma reside não apenas na necessidade de estabelecer o conceito de atividades intensivas em pesquisa, desenvolvimento e inovação, mas na constatação de que o cumprimento dessa norma em relação a um caso concreto não será aferido por um especialista em inovação, mas por um agente fiscal da Receita Federal do Brasil.

Nesse contexto, consideramos oportuno apresentar a V. Ex^a. a abordagem a seguir indicada como contribuição ao MCTI nesse esforço.

Observamos que, em face da complexidade em estipular o conceito de inovação no âmbito de uma norma que apresenta disposições tributárias, poderia ser analisada, como alternativa, a utilização de conceitos precisos que, embora não definam uma empresa inovadora, poderiam apontar para as empresas que, com razoável probabilidade, efetuariam ações inovadoras relevantes.

Nesse sentido, consideramos que os conceitos de dispêndios associados a ações inovadoras discriminados nas diversas Pesquisas de Inovação – PINTECs, realizadas pelo IBGE com o apoio da Finep e do próprio MCTI, parecem ser suficientemente bem definidos de forma a poderem ser empregados em uma norma tributária.

Ademais, a referência conceitual e metodológica da PINTEC é baseada na terceira edição do Manual Oslo (Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica)¹ e no modelo da *Community Innovation Survey – CIS*² versão 2008, proposto pela Eurostat - *Statistical Office of the European Communities*, o que reforça a confiabilidade da pesquisa.

Enfim, as notas metodológicas da PINTEC apontam que as atividades empreendidas pelas empresas para inovar são de dois tipos: Pesquisa e Desenvolvimento (pesquisa básica, aplicada ou desenvolvimento experimental); e outras atividades não relacionadas com P&D, envolvendo a aquisição de bens, serviços e conhecimentos externos. Assim, a mensuração dos recursos alocados nestas atividades revelaria o esforço empreendido para a inovação de produto e processo.

Desta forma, a pesquisa apresenta as definições de oito categorias de dispêndios associados a atividades inovadoras (denominadas como *inovativas* na pesquisa), e procede ao levantamento desses dispêndios realizados pelas empresas. Adicionalmente, ao apresentar os resultados, relaciona a proporção desses dispêndios no que diz respeito ao faturamento da empresa, segregando inclusive os números por segmento de atividade econômica.

Na pesquisa realizada em 2011, reporta-se, em relação à amostra selecionada de empresas inovadoras, que, “*na indústria, o percentual do dispêndio no total das atividades inovativas em relação à receita líquida de vendas passou de 2,54% em 2008 para 2,37% em 2011, enquanto as*

¹ OECD; Eurostat. **Oslo Manual: Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data**, 3rd ed. The Measurement of Scientific and Technological Activities. [Paris]: Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD; Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2005. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual_9789264013100-en>. Acesso em: set. 2014.

² Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/microdata/cis>>. Acesso em set. 2014.

empresas das atividades de Serviços despenderam em 2011 cerca de 5,0% do faturamento, e as de Eletricidade e gás, 1,28% do total de sua receita".³ Ademais, consideramos que os microdados da pesquisa podem permitir, inclusive, a segregação dos resultados em segmentos mais específicos de atividade econômica.

Assim, a abordagem sugerida para a elaboração da norma à qual nos referimos é estabelecer, para diferentes tipos de atividades econômicas, níveis de dispêndios que, se praticados por uma pessoa jurídica, apontariam que se trata de uma empresa que empreende um esforço inovador, e é esse o objetivo da regulamentação a ser expedida pelo MCTI: identificar, com algum grau de segurança, essas empresas.

Mais especificamente, a partir dos números apresentados na última pesquisa e também a partir da evolução desses números ao longo do tempo – uma vez que a PINTEC já foi realizada nos anos de 2000, 2003, 2005, 2008 e 2011 –, poderiam ser estabelecidos os dispêndios mínimos, segregados por segmento econômico de atividade empresarial, que justificariam concessão do benefício tributário às empresas.

De toda forma, um aspecto relevante da norma – seja qual for a abordagem empregada em sua elaboração – é possibilitar que o interessado possa, após ter usufruído o benefício fiscal, comprovar à Receita Federal que a regulamentação foi cumprida. Para tanto, deve ter condições adequadas de comprovar que os dispêndios realizados pela empresa efetivamente se enquadram nas estabelecidas pela regulamentação.

No caso das definições de dispêndios apresentadas nas notas metodológicas da PINTEC, parece-nos que essa comprovação junto ao agente fiscal seria viável.

A propósito, as oito categorias de dispêndio utilizadas pela PINTEC são as seguintes⁴:

³ Pesquisa de Inovação 2001, p. 45. Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/pintec2011%20publicacao%20completa.pdf>>. Acesso em set.2014.

⁴ Pesquisa de Inovação 2001, p. 21-22. Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/pintec2011%20publicacao%20completa.pdf>>. Acesso em set.2014.

1) Atividades internas de P&D: compreende o trabalho criativo, empreendido de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o acervo de conhecimentos e o uso destes conhecimentos para desenvolver novas aplicações, tais como produtos ou processos novos ou substancialmente aprimorados. O desenho, a construção e o teste de protótipos e de instalações-piloto constituem, muitas vezes, a fase mais importante das atividades de P&D. Inclui também o desenvolvimento de software, desde que este envolva um avanço tecnológico ou científico;

2) Aquisição externa de P&D: compreende as atividades descritas acima, realizadas por outra organização (empresas ou instituições tecnológicas) e adquiridas pela empresa;

3) Aquisição de outros conhecimentos externos: compreende os acordos de transferência de tecnologia originados da compra de licença de direitos de exploração de patentes e uso de marcas, aquisição de *know-how* e outros tipos de conhecimentos técnico-científicos de terceiros, para que a empresa desenvolva ou implemente inovações;

4) Aquisição de software: compreende a aquisição de *software* (de desenho, engenharia, de processamento e transmissão de dados, voz, gráficos, vídeos, para automatização de processos, etc.), especificamente comprados para a implementação de produtos ou processos novos ou substancialmente aprimorados. Não inclui aqueles registrados em atividades internas de P&D;

5) Aquisição de máquinas e equipamentos: compreende a aquisição de máquinas, equipamentos e hardware, especificamente comprados para a implementação de produtos ou processos novos ou substancialmente aprimorados;

6) Treinamento: compreende o treinamento orientado ao desenvolvimento de produtos ou processos tecnologicamente novos ou significativamente aperfeiçoados e relacionados às atividades inovativas da empresa, podendo incluir aquisição de serviços técnicos especializados externos;

7) Introdução das inovações tecnológicas no mercado: compreende as atividades de comercialização, diretamente ligadas ao lançamento de produto novo ou aperfeiçoado, podendo incluir pesquisa de mercado, teste de mercado e publicidade para o lançamento. Exclui a construção de redes de distribuição de mercado para as inovações; e

8) Projeto industrial e outras preparações técnicas para a produção e distribuição: refere-se aos procedimentos e preparações técnicas para efetivar a implementação de inovações de produto ou processo. Inclui plantas e desenhos orientados para definir procedimentos, especificações técnicas e características operacionais necessárias à implementação de inovações de processo ou de produto. Inclui mudanças nos procedimentos de produção e controle de qualidade, métodos e padrões

de trabalho e *software* requeridos para a implementação de produtos ou processos tecnologicamente novos ou aperfeiçoados, assim como as atividades de tecnologia industrial básica (metrologia, normalização e avaliação de conformidade), os ensaios e testes (que não são incluídos em P&D) para registro final do produto e para o início efetivo da produção.

É importante ressaltar que as instruções⁵ disponibilizadas para o preenchimento do questionário da pesquisa incluem informações mais detalhadas sobre cada um desses itens.

Em suma, parece-nos que poderia haver espaço para a elaboração de uma norma que, ao mesmo tempo em que torne possível a aferição, pela Receita Federal, dos critérios estabelecidos para a identificação da regularidade do benefício fiscal, propicie também que o incentivo favoreça empresas que, com razoável probabilidade, estariam empreendendo ações inovadoras relevantes para nossa economia.

Esses são, essencialmente, os motivos pelos quais tomamos a liberdade de encaminhar a presente sugestão à Pasta sob responsabilidade de V. Ex^a..

Ante os elementos expostos, temos a convicção de que a regulamentação da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, será uma importante medida a contribuir para o desenvolvimento e modernização de nossa economia.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado **JOSÉ HUMBERTO**
Relator do Estudo “Capital Empreendedor”

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos

⁵ Disponível em <<http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/InstrucoesPINTEC2011.pdf>>. Acesso em set.2014.

Deputado **DR. PAULO CÉSAR**

Deputado **FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR**

Deputado **JAIME MARTINS**

Deputado **JOSÉ LINHARES**

Deputado **LEOPOLDO MEYER**

Deputada **MARGARIDA SALOMÃO**

Deputado **MAURO BENEVIDES**

Deputado **RONALDO BENEDET**